

ACIF divulga lista de pontos de troca da Campanha de Natal

→ Da **ASSESSORIA DE IMPRENSA**
Ass. Comercial de Fernandópolis

Há uma semana em vigor, a Campanha “Moro e Compro Aqui” realizada pela Associação Comercial e Industrial de Fernandópolis (ACIF) já mostra expressividade. Desde o último dia 17 de novembro, a campanha já cadastrou 2053 números da sorte.

A “Moro e Compro Aqui” consiste em uma nova interface de campanhas do comércio de Fernandópolis,

lis, na qual a tecnologia é a principal novidade. Para participar da promoção, a cada R\$ 50 em compras, o consumidor terá direito a um (1) número da sorte, limitado a dez (10) números da sorte por compra. Para receber o cupom fiscal/nota fiscal, o consumidor deverá se cadastrar em algum ponto de troca.

Nesta semana, a ACIF divulgou a lista das lojas que são pontos de cadastro da campanha. Nestes estabelecimentos, os consumi-

dores podem apresentar o cupom/nota fiscal e trocar por números da sorte.

“Ao todo, contamos com 34 pontos de troca - incluindo a Associação Comercial - à disposição dos consumidores. Além do cadastro, esses estabelecimentos estão recebendo as motos que serão sorteadas no dia 3 de janeiro de 2015”, explica Carlos Takeo Sugui, presidente da ACIF. A relação de lojas que são pontos de troca pode ser consultada na tabela ao lado.

publicações

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O CODENOP – Consorcio Publico Desenvolvimento Noroeste Paulista, com sede a Avenida Santa Helena, 200, Centro, Município de Turmalina, Estado de São Paulo, torna público que fará realizar, nos termos do Inciso VI, do art. 10, da Lei Federal nº 11.079/04, Audiência Pública para realização de Concorrência Pública, que será regida pelas Leis Federais nºs 8.666/93, 8.987/95 e 11.079/04 e alterações posteriores, para contratação de Concessão Administrativa, através de Parceria Público-Privada.

A Concessão Administrativa tem como objeto a gestão da iluminação nas vias públicas dos Municípios integrantes do CODENOP.

A Audiência Pública será realizada às 10:00 horas do dia 15 de dezembro de 2014, na sede do CODENOP, no endereço acima.

Durante a audiência, os interessados terão acesso a todas as informações pertinentes.

Turmalina, 28 de novembro de 2014.


JOSE CARLOS MASSONI

DIRETOR EXECUTIVO DO CODENOP

Uma publicação: sábado, dia 29 de novembro de 2014.
O EXTRA.NET - Edição Nº 2.444.

MUITOS
PRÊMIOS
EXTRAS
DO COMÉRCIO LOCAL

NATAL

Premiado

ACIO

SORTEIO

04-01-2015

às 9h na Praça da Matriz



OUROESTE-SP

UMA MOTO

OKM

PATROCINADORES





APAE
Fernandópolis/SP

Quando a APAE ligar

diga SIM!

Nossa Central de Doações

terá prazer em te mostrar

nosso trabalho!



(17) 3465-1150 - (17) 3465-1151



EMPRESAS PONTO DE TROCA PROMOÇÃO DE NATAL	
ACIF	Av. Primo Angelucci, 135, Centro
ÁGUIA DOURADA	Rua Paraná, 1296, Centro
APRAVÊL	Av. Litério Grecco, 2787, Vila São Fernando
ART GESSO	Rua Belarmino Tomaz de Souza, 61, Jardim Paraíso
AZAMOTTO	Rua Cerqueira Cesar, 589, Jardim América
BRANCO E CIA	Rua Rio Grande do Sul, 1216, Centro
CASA PANTANAL	Av. Euripedes José Ferreira, 371, Centro
CASANTIGA	Av. Litério Grecco, 2727, Vila São Fernando
CELULAR.COM	Av. dos Arnaldos, 1447, Centro
CIRANDA CIRANDINHA	Rua Rio de Janeiro, 1917, Centro
CLIMACEL	Av. Libero de Almeida Silveiras, 2915, Coester
DECORART	Rua Brasil, 2086, Centro
DETALE	Av. dos Arnaldos, 2767, Por do Sol
DIFAFÁ	Rua São Paulo, 1960, Centro
DROGA SETE	Av. Amadeu Bizelli, 1345, Centro
DROGARIA SÃO JORGE	Av. Libero de Almeida Silveiras, 2797, Coester
EDSON PNEUS	Av. Expedicionários Brasileiros, 160, Jd Santa Helena
ELÉTRICA NOROESTE	Av. Libero de Almeida Silveiras, 2777, Coester
FCIA AVENIDA	Av. Libero de Almeida Silveiras, 2719, Coester
FCIA ROSA MISTICA	Av. Afonso Cáfaró, 2336, Higienópolis
GINASTICA PARA O CÉREBRO - SUPERA	Rua Santa Adelia, 1156, Parque Estoril
INSTITUTO EMBELEZZE	Av. dos Arnaldos, 1220, Centro
J MAHFUZ	Rua Brasil, 2030, Centro
LOJAS LONGO	Rua Manoel Marques Rosa, 1208, Centro
LUIS MÓVEIS	Av. Libero Almeida Silveiras, 2421, Coester
MARYS CALÇADOS	Rua Brasil, 2002, Centro
MODA KÁ	Rua Brasil, 2015, Centro
NEGOCIO DA CHINA	Av. Pedro Ferrari, 1590, Jd Por do Sol
ÓTICAS VISCARD	Rua Brasil, 1983, Centro
PIVETTA	Av. Expedicionários Brasileiros, 148, Centro
SGOTTI MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO	Av. Carlos Barozzi, 982, Jd. Iguatemi
SINCOMÉRCIO	Rua Rio Grande do Sul, 984, Centro
ULTRAGÁS	Av. Presidente Castelo Branco, 1289, Planalto
ZETTI JÓIAS E RELÓGIOS	Av. Milton Terra Verdi, 995, Centro

AMIGOS DA
SANTA CASA

PRÊMIOS: 5 NOVILHAS
+ 10 LEITOAS

(DO 1º AO 5º PRÊMIO)

01 número antes



LEITOA

(número principal)



(NOVILHA)

01 número após



LEITOA

VALOR BILHETE
R\$ 10,00

SORTEIO DIA
13/12/14

A renda será
revertida para a
Santa Casa de
Fernandópolis


REALIZAÇÃO



Hospital de Ensino
SANTA CASA
de Misericórdia de Fernandópolis

Fone.: (17) 3465-6122 - ramal: 441
Avenida Afonso Cáfaró, 2630 - CEP 15.600-000 - SP
santacasa@santacasafernandopolis.com.br

publicações



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS

“EXTRATO DE EDITAL DE CHAMAMENTO”

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 08/2014

OBJETO:

a concessão de SUBVENÇÃO SOCIAL tendo como beneficiárias entidades assistenciais previamente cadastradas junto ao Conselho Municipal de Assistência Social, caracterizadas como instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, sem finalidade lucrativa, destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, para o exercício de 2015.

PRAZO DE INSCRIÇÃO

O prazo para inscrição e apresentação de projetos, planos de trabalho e demais documentos legalmente exigidos estará aberto NO PERÍODO DE 01 A 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

HORÁRIO:

DAS 08:00 às 10:30 e das 13:30 às 16:30 horas.

LOCAL:

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, situada na Rua Minas Gerais, nº 1323, Centro, nesta cidade de Fernandópolis, Estado de São Paulo.

INTEGRA DO EDITAL E PLANO DE TRABALHO MODELO:

Está a disposição de todos quantos possam interessar junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, de Segunda – Feira à Sexta – Feira, no horário das 08:00 às 10:30 e das 13:30 às 16:30 horas.

Paço Municipal “Massanobu Rui Okuma”, 26 de novembro de 2014.

- ANA MARIA MATOSO BIM –

Prefeita Municipal de Fernandópolis


Três publicações: dias 27, 28 e 29 de novembro de 2014.

1ª publicação: quinta-feira, dia 27 de novembro de 2014.

2ª publicação: sexta-feira, dia 28 de novembro de 2014.

3ª publicação: sábado, dia 29 de novembro de 2014.

O EXTRA.NET - Edição Nº 2.444.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA Nº 07/2014

PROCESSO SELETIVO Nº 07/2014

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL

“Contratação de Pessoal Temporário do Projeto Esporte Social”

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS, CNPJ nº 47.842.836/0001-05, Estado de São Paulo, através da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer e do Presidente da Comissão responsável pela organização, aplicação, supervisão, convocação, classificação e publicação dos resultados do Processo Seletivo 07/2014-SMEL, nomeada pela Portaria Municipal nº 15.267, de 26 de novembro de 2014, da Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, ANA MARIA MATOSO BIM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, TORNA PÚBLICO a abertura das inscrições e estabelece normas para a realização do Processo Seletivo, para admissão temporária, por prazo determinado, por excepcional interesse público, nos termos do artigo 37, IX da Constituição Federal, do Capítulo IX, art. 61, inciso IX da Lei nº 1.560 de 25 de outubro de 1990, do artigo 216, inciso VII da Lei Complementar Municipal nº 01, de 01 de junho de 1992, para atuarem no Projeto Esporte Social, nos termos do convênio Nº 141/2013, firmado entre o Município e a Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude do Estado de São Paulo.

INSCRIÇÕES: Serão realizadas na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SMEL, com atendimento à Rua Kazzuyoshi Beppu, nº 305 – Jd. Morada do Sol, do dia 01 ao dia 05 de Dezembro de 2014, das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas.

PROVAS: As Provas Objetivas serão realizadas no dia 13 de Dezembro de 2014, na Secretaria Municipal de Educação, situada à Rua Minas Gerais, nº 993, centro, Fernandópolis-SP.

COMPUTO DE TÍTULOS: Toda documentação referente a comprovação de títulos, deverão ser entregues até o dia 05-12-2014.

O Edital na Integra será publicado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Fernandópolis e na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Paço Municipal “Massanobu Rui Okuma”, 26 de Novembro de 2014.

ANA MARIA MATOSO BIM

Prefeita Municipal

PAULO FORTUNATO DE GODOY

Presidente da Comissão de Seleção Pública

Três publicações: dias 27, 28 e 29 de novembro de 2014.

1ª publicação: quinta-feira, dia 27 de novembro de 2014.

2ª publicação: sexta-feira, dia 28 de novembro de 2014.

3ª publicação: sábado, dia 29 de novembro de 2014.

O EXTRA.NET - Edição Nº 2.444.


VENDE-SE TERRENOS COMERCIAIS no Loteamento Matias (Aroucão) e no Santa Adélia (Rod. Euclides da Cunha). Tratar. Cel: 98200-5747 ou 99609-8510 com Elza.

MONALIZA COSMÉTICA CONTRATA

Monaliza Cosmética para salão de cabeleireiro contrata distribuidor com ganhos superiores a R\$ 4.000 (Quatro Mil Reais). Tratar pelo fone: (18) 99109-5038 (Vivo).

ALUGA-SE

APARTAMENTO no Guarujá, na praia da Enseada a 120 metros da praia, com 3 quartos, sala, cozinha, garagem para dois carros. Interessados entrar em contato pelos telefones (17) 99758-2188 / 99794-0509.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS

DECRETO Nº 7.239 –

DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

(Dispõe sobre aposentadoria voluntária por tempo de contribuição).

ANA MARIA MATOSO BIM, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS; ...

CONSIDERANDO o deferimento do requerimento de aposentadoria formulado pela servidora Senhora NAIR FERREIRA DA SILVA, inserido no Processo Administrativo nº 2233/2014, do expediente do IPREM – Instituto de Previdência Municipal de Fernandópolis;

DECRETA:

Artigo 1.º - Fica APOSENTADA, a partir de 01 de dezembro de 2014, voluntariamente, por tempo de contribuição, devendo o valor dos proventos ser integral e equivalente à totalidade da remuneração da servidora no cargo efetivo na forma da lei, com fundamento no Artigo 6º, da Emenda Constitucional nº. 41, de 19/12/2003, bem como no Artigo 116 da Lei Complementar Municipal nº. 31 de 08/07/2004, a servidora Sra. NAIR FERREIRA DA SILVA, RG.: 18.971.293-4/SSP-SP, no cargo público de Serviços Diversos – Classe IV, de provimento Efetivo, Ref.: “11”, Nível “L”, da Tabela de Vencimentos e Salários dos Servidores Públicos Municipais de Fernandópolis.

Parágrafo único. Os proventos desta aposentadoria serão pagos pelo IPREM – Instituto de Previdência Municipal de Fernandópolis, em conformidade com os dispositivos legais da Lei Complementar Municipal nº 31/2004.

Artigo 2.º - A Secretaria Municipal de Recursos Humanos fica incumbida de tomar todas as medidas administrativas pertinentes ao cumprimento deste Decreto.

Artigo 3.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de dezembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Massanobu Rui Okuma”, 28 de novembro de 2014.

- ANA MARIA MATOSO BIM -

Prefeita Municipal de Fernandópolis


Registrado no livro próprio de decretos e publicado na Imprensa Oficial do Município, bem como por afixação nesta Prefeitura Municipal em lugar de costume e amplo acesso ao público. Data supra.

- VALDIR CUSTÓDIO MEDRADO -

Secretário Municipal de Gestão

Uma publicação: sábado, dia 29 de novembro de 2014.

O EXTRA.NET - Edição Nº 2.444.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 426/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis

CONTRATADA: Biodata Serviços Ambientais Ltda - ME.

ASSINATURA: 04/11/2014

OBJETO: Fica prorrogado o prazo do referido contrato por mais 120 (cento e vinte) dias, de 12 de agosto de 2014 a 10 de dezembro de 2014, retroagindo seus efeitos a 12 de agosto de 2014. As demais cláusulas permanecem inalteradas. MODALIDADE:- Tomada de Preços nº 002/2013.


Fernandópolis-SP., 28 de novembro de 2.014.

- JOÃO PAULO PUPIM -

Diretor de Suprimentos

Uma publicação: sábado, dia 29 de novembro de 2014.

O EXTRA.NET - Edição Nº 2.444.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 522/2012

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis

CONTRATADA: Metapública Consultoria e Assessoria em Gestão Pública Ltda.

ASSINATURA: 25/11/2014

OBJETO: Fica prorrogado o prazo do referido contrato por mais 12 (doze) meses, de 01 de novembro de 2014 a 01 de novembro de 2015; Fica reajustado o valor do referido contrato em mais 5,50% (cinco vírgula cinquenta por cento), passando de R\$ 40.550,40 (quarenta mil, quinhentos e cinquenta reais e quarenta centavos) para R\$ 42.780,60 (quarenta e dois mil, setecentos e oitenta reais e sessenta centavos), retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2014. As demais cláusulas permanecem inalteradas. MODALIDADE:- Convite nº 041/2012.


Fernandópolis-SP., 28 de novembro de 2.014.

- JOÃO PAULO PUPIM -

Diretor de Suprimentos

Uma publicação: sábado, dia 29 de novembro de 2014.

O EXTRA.NET - Edição Nº 2.444.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS

DECRETO Nº 7.240 –

DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

(Dispõe sobre aposentadoria voluntária por tempo de contribuição).

ANA MARIA MATOSO BIM, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS; ...

CONSIDERANDO o deferimento do requerimento de aposentadoria formulado pelo servidor Senhor LUIZ CARLOS DA COSTA, inserido no Processo Administrativo nº 2248/2014, do expediente do IPREM – Instituto de Previdência Municipal de Fernandópolis;

DECRETA:

Artigo 1.º - Fica APOSENTADO, a partir de 01 de dezembro de 2014, voluntariamente, por tempo de contribuição, devendo o valor dos proventos ser integral e equivalente à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo na forma da lei, com fundamento no Artigo 3º, da Emenda Constitucional nº. 47, de 05/07/2005, bem como no Artigo 116-A da Lei Complementar Municipal nº. 31 de 08/07/2004, acrescido pelo artigo 3º da Lei Complemen-

tar nº 52/2006, o servidor Sr. LUIZ CARLOS DA COSTA, RG: 14.566.841-1/SSP-SP, no cargo público de “Escriturário – Classe III”, de provimento Efetivo, Ref.: “15”, Nível “M”, da Tabela de Vencimentos e Salários dos Servidores Públicos Municipais de Fernandópolis.

Parágrafo único. Os proventos desta aposentadoria serão pagos pelo IPREM – Instituto de Previdência Municipal de Fernandópolis, em conformidade com os dispositivos legais da Lei Complementar Municipal nº 31/2004.

Artigo 2.º - A Secretaria Municipal de Recursos Humanos fica incumbida de tomar todas as medidas administrativas pertinentes ao cumprimento deste Decreto.

Artigo 3.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de dezembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Massanobu Rui Okuma”, 28 de novembro de 2014.

- ANA MARIA MATOSO BIM -

Prefeita Municipal de Fernandópolis


Registrado no livro próprio de decretos e publicado na Imprensa Oficial do Município, bem como por afixação nesta Prefeitura Municipal em lugar de costume e amplo acesso ao público. Data supra.

- VALDIR CUSTÓDIO MEDRADO -

Secretário Municipal de Gestão

Uma publicação: sábado, dia 29 de novembro de 2014.

O EXTRA.NET - Edição Nº 2.444.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS

“TERMO DE HOMOLOGAÇÃO”

Prefeitura Municipal de Fernandópolis, PREGÃO Nº 103/2014, que tem por objeto a “AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO, ACESSIBILIDADE, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - ACADEMIA A CÉU ABERTO NO PARQUE BEIRA RIO - LOCALIZADO NA AVENIDA AUGUSTO CAVALIM, NESTA CIDADE DE FERNANDÓPOLIS, COM PREVISÃO DE CONSUMO EM ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2014”, HOMOLOGA o julgamento proferido pela Comissão Municipal de Pregão Presencial, nomeada pela Portaria nº 14.513, de 08 de agosto de 2.013, sobre o Processo nº 172/2014, em favor das empresas: SGOTTI & SGOTTI LTDA os lote 01 e 03, P. B. FER MATERIAIS P/CONSTRUÇÃO LTDA os lotes 02, 04 e 05, objeto deste Pregão.


Fernandópolis-SP, 28 de novembro de 2.014.

ANA MARIA MATOSO BIM

Prefeita Municipal

Uma publicação: sábado, dia 29 de novembro de 2014.

O EXTRA.NET - Edição Nº 2.444.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 622/2014.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis.

PROCESSO Nº. 177/2013.

Contratado: ANA PAULA RIZZATTO-ME.

VALOR: R\$ R\$ 3.151,40 ASSINATURA: 25/11/2014.

OBJETO: “AQUISIÇÃO DE LANCHES PARA SEREM DISTRIBUIDOS DURANTES OS GRUPOS (MULHERES E ADOLESCENTES) DO CRAS IV- NOVA ERA”, DIANTE DA SOLICITAÇÃO OS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (LANCHES) DEVERÃO SER ENTREGUES PARCELADAMENTE EM ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2014, A CONTAR DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO OS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (LANCHES) DEVERÃO SER ENTREGUES EM ATÉ 02 (DOIS) DIAS. ATA Nº 003/2014 Mod. Pregão Nº. 107/2014


Fernandópolis-SP, 28 de novembro de 2014.

- JOÃO PAULO PUPIM

Diretor De Suprimentos

Uma publicação: sábado, dia 29 de novembro de 2014.

O EXTRA.NET - Edição Nº 2.444.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 621/2014.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis.

PROCESSO Nº. 033/2014.

Contratado: PEJÓ SUPERMERCADO LTDA

VALOR: R\$ 3.197,47 ASSINATURA: 25/11/2014.

OBJETO: “AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O CREAS UTILIZAR NAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS REALIZADAS COMO OS ATENDIDOS E SUAS FAMÍLIAS, COMO TAMBÉM PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E MIGRANTES”. COM PREVISÃO DE CONSUMO PARCELADAMENTE EM ATÉ 31 DEZEMBRO DE 2014, A CONTAR DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO, DIANTE DA SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA COMPETENTE OS GÊNEROS DEVERÃO SER ENTREGUES EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS. Mod. Pregão Nº. 017/2014.


Fernandópolis-SP, 28 de novembro de 2014.

JOÃO PAULO PUPIM

DIRETOR DE SUPRIMENTOS

Uma publicação: sábado, dia 29 de novembro de 2014.

O EXTRA.NET - Edição Nº 2.444.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS

“TERMO DE ADJUDICAÇÃO”

Extrato da Ata de Adjudicação do Pregão nº 103/2014. Após abertura das propostas e verificada condições de habilitação, verificando-se a adequação do preço oferecido aos praticados no mercado deste município, ficam adjudicados para as empresas: SGOTTI & SGOTTI LTDA os lote 01 e 03, P. B. FER MATERIAIS P/CONSTRUÇÃO LTDA os lotes 02, 04 e 05, objeto deste Pregão.


Fernandópolis-SP, 28 de novembro de 2.014.

RODRIGO CHIACCHIO ORTUNHO

Pregoeiro


Uma publicação: sábado, dia 29 de novembro de 2014.

O EXTRA.NET - Edição Nº 2.444.



Câmara Municipal de
INDIAPORÃ

Desde 01/01/1955
CNPJ 59.855.056/0001-70



UM NOVO CAMINHO
DESENVOLVIMENTO
E A GENTE QUE FAZ

INDICAÇÃO Nº 080 / 2014

ALAERTE FÉLIX DA SILVA, Vereador “ALAERTE DA DE-LEGACIA”, abaixo assinado, vem através desta, em conformidade com o artigo 168 do Regimento Interno desta Casa, solicitar que se-ja enviado Ofício ao Chefe do Poder Executivo Municipal encami-nhando a seguinte Indicação:

Solicita da Senhora Chefe do Executivo Municipal

A CESSÃO DE USO DE IMÓVEL DA MUNICIPALIDADE PARA “APAE”.

JUSTIFICATIVA

A Indicação faz se necessária uma vez que sabemos das dificulda-des que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de nosso Município vem tendo para manter o atendimento á aquelas pessoas que lá frequentam e que dependem do trabalho dos profis-sionais para que possam terem uma vida mais interagida na socie-dade pois muitos tratados como pessoas exclusas dos meios sociais e sabendo que a Entidade acima mencionada só se mantêm graças a boa vontade de pessoas de bom coração que com ela contribui e as-sim a faz funcionar, com a dedicação dos funcionários e de sua Di-retoria.

Sabemos que a referida Entidade conseguiu um terreno para a construção de sua sede própria mas isto é impossível de realizar es-te Projeto pois se para mantê-la funcionando tem que haver este es-forço que todos somos conhecedores foi por este motivo que tomei a liberdade de solicitar os bons préstimos de Vossa Excelência no sentido que faça a cessão do prédio da atual creche uma vez que es-tá sendo construída uma novo prédio onde a mesma irá funcionar.

Certo de que esta minha Indicação será merecedora de total aten-ção por parte da Senhora Prefeita Municipal e por saber que a mes-ma é dotada de um coração generoso e que olha com carinho para estas pessoas com tais dificuldades é que desde já antecipo meus agradecimentos e aproveito para reiterar protestos de estima e con-siderações.

Atenciosamente;


Plenário José Batista Maldonado, 27 de Novembro de 2014.

ALAERTE FÉLIX DA SILVA

“ALAERTE DA DELEGACIA”- Vereador P.T.B.


Uma publicação: sábado, dia 29 de novembro de 2014.

O EXTRA.NET - Edição Nº 2.444.



Câmara Municipal de
INDIAPORÃ

Desde 01/01/1955
CNPJ 59.855.056/0001-70



UM NOVO CAMINHO
DESENVOLVIMENTO
E A GENTE QUE FAZ

AUTÓGRAFO DE APROVAÇÃO DE Nº 090/2014 AO PROJE-TO DE LEI ESPECIAL 02/2014 DO EXECUTIVO APROVADO POR UNANIMIDADE EM SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁ-RIA DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2014.

CELSO RODRIGUES DE ALMEIDA, PRESIDENTE DA CÂ-MARA MUNICIPAL DE INDIAPORÃ, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE INDIAPORÃ APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Estima a receita e fixa as despesas do Município de Indiaporã para o exercício de 2015

Art. 1º - O orçamento do Município de Indiaporã para o exercí-cio de 2015, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 16.500.000,00 (Dezesseis milhões e quinhentos mil reais);

I - Orçamento Fiscal em R\$ 11.791.800,00 (Onze milhões, sete-centos noventa e um mil e oitocentos reais);

II - Orçamento da Seguridade Social em R\$ 4.708.200,00 (Qua-tro milhões setecentos e oito mil e duzentos reais).

Art. 2º - A receita será arrecadada na forma da legislação vigente e das especificações constantes dos quadros integrantes desta Lei, observando o seguinte desdobramento:

Sumário Geral da Receita por Fontes (Lei 4.320, art. 2º § 1º, I).		
I - Administração Direta:		
Receitas Correntes		
Receita Tributária	R\$	660.000,00
Receita de Contribuições	R\$	49.000,00
Receita Patrimonial	R\$	244.700,00
Receita de Serviços	R\$	14.500,00
Transferências Correntes	R\$	17.826.000,00
Outras Receitas Correntes	R\$	275.800,00
Subtotal	R\$	19.070.000,00
Receita de Capital		
Alienação de Bens	R\$	30.000,00
Subtotal	R\$	19.100.000,00
II - Dedução da Receita		
Fundeb	R\$	2.600.000,00
Receita Total	R\$	16.500.000,00


Art. 3º - A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros integrantes desta Lei, com os seguintes desdobramentos:

I - Por Funções de Governo

01- Legislativa	R\$	801.800,00
04- Administração Geral	R\$	2.878.800,00
08- Assistência Social	R\$	832.000,00
09-Previdência Social	R\$	308.000,00
10- Saúde	R\$	3.568.200,00
12- Educação	R\$	4.134.500,00
13- Cultura	R\$	115.000,00
14- Direitos da Cidadania	R\$	109.000,00
15- Urbanismo	R\$	1.301.000,00
18- Gestão Ambiental	R\$	227.000,00
20- Agricultura	R\$	479.000,00
22- Industria	R\$	5.000,00
23- Comercio e Serviço	R\$	102.000,00
26- Transporte	R\$	348.700,00
27- Desporto e Lazer	R\$	800.000,00
28- Encargos Especiais	R\$	480.000,00
99- Reserva de Contingência	R\$	10.000,00
Total	R\$	16.500.000,00


II - Por Órgão da Administração

01.00 - LEGISLATIVO		
01.01 - Câmara Municipal	R\$	801.800,00
02.00 – PREFEITURA MUNICIPAL		
02.01- Gabinete da Prefeita	R\$	723.000,00



Câmara Municipal de
INDIAPORÃ

Desde 01/01/1955
CNPJ 59.855.056/0001-70



UM NOVO CAMINHO
DESENVOLVIMENTO
E A GENTE QUE FAZ

AUTÓGRAFO DE APROVAÇÃO DE Nº 091/2014 AO PRO-JETO DE LEI COMPLEMENTAR 04/2014 DO EXECUTIVO APROVADO POR UNANIMIDADE EM SESSÃO LEGISLATI-VA ORDINÁRIA DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2014.

CELSO RODRIGUES DE ALMEIDA, PRESIDENTE DA CÂ-MARA MUNICIPAL DE INDIAPORÃ, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE INDIAPORÃ APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Fixa remuneração dos cargos públicos que indica e dá outras pro-vidências.

Art. 1º Fixa as escalas de vencimento base do cargo público de Diretor de Escola e de Coordenador Pedagógico, criados pela Lei Complementar Municipal nº 018, de 14 de março de 2.012, os valo-res nominais definidos nos termos do Anexo I da presente Lei Com-plementar, que passam a integrar o ANEXO II, da Lei Complemen-tar nº. 018/2012.

Art. 2º As despesas decorrentes com a presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do ano referido, suple-mentadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revo-gando-se as disposições em contrário.

Plenário José Batista Maldonado, 27 de Novembro de 2014.

CELSO RODRIGUES DE ALMEIDA


PRESIDENTE

WILLIAN DE SOUZA BRITO **ALAERTE FÉLIX DA SILVA**

1º SECRETÁRIO **2º SECRETÁRIO**


Uma publicação: sábado, dia 29 de novembro de 2014.

O EXTRA.NET - Edição Nº 2.444.



Câmara Municipal de
INDIAPORÃ

Desde 01/01/1955
CNPJ 59.855.056/0001-70



UM NOVO CAMINHO
DESENVOLVIMENTO
E A GENTE QUE FAZ

AUTÓGRAFO DE APROVAÇÃO DE Nº 092/2014 AO PRO-JETO DE LEI COMPLEMENTAR 05/2014 DO EXECUTIVO APROVADO POR UNANIMIDADE EM SESSÃO LEGISLATI-VA ORDINÁRIA DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2014.

CELSO RODRIGUES DE ALMEIDA, PRESIDENTE DA CÂ-MARA MUNICIPAL DE INDIAPORÃ, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE INDIAPORÃ APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE LEI:


Dispõe sobre a criação de função gratificada no âmbito da Admi-nistração Direta do Município de Indiaporã e dá outras providên-cias.

Art. 1º Fica criada no Quadro de Pessoal da Prefeitura do Muni-cípio de Indiaporã a 01 (uma) função gratificada, denominada “EN-CARREGADO DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE EVEN-TOS”, o qual é regido pela Lei Complementar nº. 006/2009 de 08 de outubro de 2.009:



Câmara Municipal de
INDIAPORÃ

Desde 01/01/1955
CNPJ 59.855.056/0001-70




UM NOVO CAMINHO
DESENVOLVIMENTO
E A GENTE QUE FAZ

AUTÓGRAFO DE APROVAÇÃO DE Nº 092/2014 AO PRO-JETO DE LEI COMPLEMENTAR 05/2014 DO EXECUTIVO APROVADO POR UNANIMIDADE EM SESSÃO LEGISLATI-VA ORDINÁRIA DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2014.

CELSO RODRIGUES DE ALMEIDA, PRESIDENTE DA CÂ-MARA MUNICIPAL DE INDIAPORÃ, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE INDIAPORÃ APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE LEI:


Dispõe sobre a criação de função gratificada no âmbito da Admi-nistração Direta do Município de Indiaporã e dá outras providên-cias.

Art. 1º Fica criada no Quadro de Pessoal da Prefeitura do Muni-cípio de Indiaporã a 01 (uma) função gratificada, denominada “EN-CARREGADO DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE EVEN-TOS”, o qual é regido pela Lei Complementar nº. 006/2009 de 08 de outubro de 2.009:



Câmara Municipal de
INDIAPORÃ

Desde 01/01/1955
CNPJ 59.855.056/0001-70



UM NOVO CAMINHO
DESENVOLVIMENTO
E A GENTE QUE FAZ

AUTÓGRAFO DE APROVAÇÃO DE Nº 093/2014 AO PRO-JETO DE LEI COMPLEMENTAR 06/2014 DO EXECUTIVO APROVADO POR UNANIMIDADE EM SESSÃO LEGISLATI-VA ORDINÁRIA DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2014.

CELSO RODRIGUES DE ALMEIDA, PRESIDENTE DA CÂ-MARA MUNICIPAL DE INDIAPORÃ, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE INDIAPORÃ APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Altera dispositivo legal a Lei Complementar nº. 006/2009 de 08 de outubro de 2.009, relativos a Licença ao servidor público e dá outras providências.

Art. 1º O artigo 108 da Lei Complementar nº 006/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 108 A critério da administração pública, poderá ser conce-dida ao servidor estável licença para o trato de assuntos particula-res, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos, sem remunera-ção, podendo ser prorrogado por mais um único período de até 02 (dois) anos.

§ 1º A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedi-do do servidor ou interesse do serviço.

§ 2º Não se concederá nova licença para trato de assuntos particu-lares antes de decorridos 01 (um) ano do término da anterior, mes-mo que tenha sido prorrogada ou interrompida antes do término nos termos do § 1º.

§ 3º O servidor deverá aguardar em exercício a concessão da li-cença.”

Art. 2º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Plenário José Batista Maldonado, 27 de Novembro de 2014.

CELSO RODRIGUES DE ALMEIDA


PRESIDENTE

WILLIAN DE SOUZA BRITO **ALAERTE FÉLIX DA SILVA**

1º SECRETÁRIO **2º SECRETÁRIO**

Uma publicação: sábado, dia 29 de novembro de 2014.

O EXTRA.NET - Edição Nº 2.444.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 623/2014.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis.

PROCESSO Nº. 110/2014.

Contratado: TR COMÉRCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMEN-TOS LTDA-EPP VALOR: R\$ 3.277,90 ASSINATURA: 25/11/2014.

OBJETO: “AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA SEREM UTILIZADOS NAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS DO CREAS. DIANTE DA SOLICITAÇÃO OS MATERIAIS DEVE-RÃO SER ENTREGUES PARCELADAMENTE EM ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2014, A CONTAR DA PUBLICAÇÃO DO EX-TRATO DO CONTRATO, DIANTE DA SOLICITAÇÃO DA SE-CRETARIA COMPETENTE OS MATERIAIS DEVERÃO SER ENTREGUES EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS.

Fernandópolis-SP, 28 de novembro de 2014.

JOÃO PAULO PUPIM

DIRETOR DE SUPRIMENTOS

Uma publicação: sábado, dia 29 de novembro de 2014.

O EXTRA.NET - Edição Nº 2.444.

VENDE - TROCA - ARRENDA-SE

03 - Extrusouras de 90 mm

03 - Picotadores

01 - Aglutinador de 50 cv

PARA RECUPERAÇÃO DE PLÁSTICOS

01 - Transformador 112,5 - completo - NOVO

01 - Quadro de Distribuidor de Energia

Cabos Elétricos de várias medidas (ALTA TENSÃO)

01 - Compressor 2.500 pés

01 - Guincho para 2 ton.

Mesas de Escritórios

(17) 98190-9474 | 99657-7636

Continuação da página anterior

à Empresa de Pequeno Porte e ao Microempreendedor Individual, a Administração Pública Municipal, observará no que couber, o disposto na seção anterior (Lei Complementar Municipal nº 72/09, Artigo 24).

Seção IV
Da Baixa

Artigo 25 – As Microempresas, as Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual que se encontrem sem movimento há mais de 03 (três) anos, poderão providenciar a sua baixa nos registros municipais, independentemente do pagamento de débitos tributários, taxas ou multas devidas pelo atraso na entrega de declarações nos períodos correspondentes (Lei Complementar Municipal nº 72/09, Artigo 25).

§ 1º – Os setores competentes da Administração Pública Municipal terão o prazo de 60 (sessenta) dias para efetivarem a baixa nos respectivos cadastros.

§ 2º – Ultrapassado o prazo previsto no § 1º deste artigo sem manifestação dos setores envolvidos, presumir-se-á por concluída a baixa requerida.

Artigo 26 – Em nenhuma hipótese, seja de baixa ou cassação de Certificado de Licenciamento Integrado (CLINs), definitivos ou provisórios, inclusive na referida no artigo 9º da Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, a baixa da atividade não impedirá o lançamento ou a cobrança de impostos, taxas ou contribuições e respectivas penalidades, apurados ou a apurar posteriormente, em processo administrativo ou judicial, ou em virtude de outras irregularidades praticadas pelos empresários, pelas Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, por seus sócios ou administradores, ou pelos Microempreendedores Individuais (Lei Complementar Municipal nº 72/09, Artigo 26).

§ 1º – Reputam-se solidariamente responsáveis, em quaisquer das hipóteses definidas no caput, os titulares das empresas, os sócios e os administradores do período de ocorrência dos fatos geradores ou dos períodos posteriores à sua ocorrência.

§ 2º – Os titulares das empresas, os sócios e os administradores são também solidariamente responsáveis pelos tributos ou contribuições que não tenham sido pagos ou recolhidos, bem como pelos acréscimos legais devidos pelo não recolhimento e demais penalidades aplicáveis.

Capítulo IV
Dos tributos e das contribuições

Artigo 27 – As Microempresas, as Empresas de Pequeno Porte e os Microempreendedores Individuais optantes pelo Simples Nacional recolherão o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) com base neste Regulamento, em consonância com a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, e regulamentações do Comitê Gestor do Simples Nacional (Lei Complementar Municipal nº 72/09, Artigo 27).

§ 1º – As Microempresas, as Empresas de Pequeno Porte e os Microempreendedores Individuais, optantes pelo Regime Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional, estabelecidos no Município e regularmente inscritos no Cadastro Mobiliário, estão dispensadas da retenção na fonte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, relativos aos serviços prestados a tomadores também estabelecidos no Município de Fernandópolis.

§ 2º - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza será retido na fonte somente quando a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, optante pelo Simples Nacional, estiver estabelecida fora do Município de Fernandópolis, observado o disposto no Artigo 3º, da Lei Complementar n. 116/2003.

Artigo 28 – Conforme estabelece o artigo 35, da Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, aplicam-se aos impostos e contribuições devidos pelas Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, optantes pelo Regime Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional, as normas relativas aos juros e multa de mora ou de ofício previstas na legislação do imposto sobre a renda (Lei Complementar Municipal nº 72/09, Artigo 28).

Parágrafo único - Sem prejuízo do disposto no caput, aos impostos e contribuições devidos pelas Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais enquadrados na Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, porém, não optantes pelo Regime Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional, aplicam-se em todos os seus termos e efeitos o Código Tributário do Município.

Artigo 29 – As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais que fizerem opção pelo Regime Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional, poderão efetuar parcelamento de débitos tributários junto ao Município na forma da lei que disciplina o parcelamento geral de débitos municipais, sem prejuízo de incentivos legalmente instituídos por lei (Lei Complementar Municipal nº 72/09, Artigo 29).

Artigo 30 – As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, optantes pelo Regime Unificado de Arrecadação – Simples Nacional, estão sujeitas ao cumprimento das obrigações fiscais acessórias relativas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, estabelecidas na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores e no Código Tributário Municipal (Lei Complementar Municipal nº 72/09, Artigo 30).

§ 1º – As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional, farão constar, de forma expressa, no documento fiscal emitido as mesmas informações estabelecidas na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações.

§ 2º - A confecção ou emissão de documento fiscal em desacordo com o disposto neste artigo ou com a legislação aplicável implicará nas penalidades previstas no Código Tributário Municipal ou em outros instrumentos legais em vigor.

§ 3º – Será obrigatória a emissão de documento fiscal nas vendas e nas prestações de serviços realizadas pelo empreendedor individual para destinatário cadastrado no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, ficando dispensado desta emissão para o consumidor final.

Artigo 31 – As Microempresas, as Empresas de Pequeno Porte e os Microempreendedores Individuais optantes pelo Simples Nacional não farão jus à apropriação nem transferirão créditos relativos a impostos ou contribuições abrangidos pelo Simples Nacional, da mesma forma, não poderão utilizar ou destinar qualquer valor a título de incentivo fiscal, conforme estabelecido nos artigo 23 e 24 da Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 (Lei Complementar Municipal nº 72/09, Artigo 31).

Artigo 32 – Nas operações mistas de prestação de serviços, com

vendas e/ou industrialização de mercadorias, independente da receita bruta percebida pelo contribuinte durante o mês, o Município poderá estabelecer valores fixos mensais para o recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN (Lei Complementar Municipal nº 72/09, Artigo 32).

Parágrafo único - O disposto no caput aplica-se ao imposto devido por Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que aufera receita bruta, no ano calendário anterior, de até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), ou outro valor que vier a ser definido a nível federal para estes efeitos, observados os dispositivos aplicáveis ao caso constante da Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, bem como demais exigências estabelecidas pelo Comitê Gestor.

Artigo 33 – As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte terão redução de 50% (cinquenta por cento) no pagamento da Taxa de Licença e Fiscalização para Localização, Instalação e Funcionamento no primeiro ano de funcionamento, a título de benefício fiscal (Lei Complementar Municipal nº 72/09, Artigo 33).

Parágrafo único - O benefício previsto neste artigo aplica-se somente aos fatos geradores ocorridos após a data do ingresso no regime geral da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Artigo 34 – Ficam mantidos todos os benefícios e incentivos concedidos pelo Poder Público Municipal às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que não colidirem com o disposto na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Lei Complementar Municipal nº 72/09, Artigo 34).

Artigo 35 – Ficam reduzidos a 0 (zero) todos os custos, inclusive prévios, relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao funcionamento, ao alvará, à licença, ao cadastro, às alterações e procedimentos de baixa e encerramento e aos demais itens relativos ao Microempreendedor Individual, incluindo os valores referentes a taxas, a emolumentos e a demais contribuições relativas aos órgãos de registro, de licenciamento, sindicais, de regulamentação, de anotação de responsabilidade técnica, de vistoria e de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas (Lei Complementar Municipal nº 72/09 , Artigo 35).

Capítulo V
Do acesso aos mercados
Seção I
Do Acesso às Compras Públicas

Artigo 36 – Nas contratações públicas de bens e serviços do Município, poderá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte objetivando (Lei Complementar Municipal nº .72/09 , Artigo 43):

I – promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional;

II – ampliar a eficiência das políticas públicas voltadas às MPEs;

III – fomentar o desenvolvimento local, através do apoio aos arranjos produtivos locais;

IV – apoiar as iniciativas do comércio justo e solidário;

V – incentivo à inovação tecnológica.

Artigo 37 – Para a ampliação da participação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nas licitações, o Município poderá (Lei Complementar Municipal nº 72/09, Artigo 44):

I – instituir cadastro próprio para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sediadas no Município, com a identificação das linhas de fornecimento de bens e serviços, de modo a possibilitar a capacitação e notificação das licitações e facilitar a formação de parcerias e subcontratações, além de também estimular o cadastramento destas empresas nos sistemas eletrônicos de compras;

II – divulgar as contratações públicas a serem realizadas, com a estimativa quantitativa e de data das contratações no sítio oficial do Município, em murais públicos, jornais ou outras formas de divulgação;

III – padronizar e divulgar as especificações dos bens e serviços contratados, de modo a orientar as microempresas e empresas de pequeno porte a adequarem os seus processos produtivos;

IV – na definição do objeto da contratação, não utilizar especificações que restrinjam injustificadamente, a participação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sediadas localmente;

V – elaborar editais de licitação por item quando se tratar de bem divisível, permitindo mais de um vencedor para uma licitação.

Artigo 38 – A Administração Pública Municipal realizará licitação presencial ou eletrônica descrevendo o objeto da contratação de modo a permitir, quando possível, a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte locais no processo licitatório (Lei Complementar Municipal nº 72/09, Artigo 45).

Artigo 39 – As contratações diretas, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, com base nos artigos 24 e 25 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, poderão ser, preferencialmente, realizadas com Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte sediadas no Município ou na região (Lei Complementar Municipal nº 72/09, Artigo 46).

Artigo 40 – Nas licitações públicas municipais a comprovação da regularidade fiscal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte será exigida somente para efeito de assinatura de contrato ou de instrumento equivalente (Lei Complementar Municipal nº 72/09, Artigo 47).

Artigo 41 – As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (Lei Complementar Municipal nº 72/09, Artigo 48).

§ 1º – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa e apresentação da devida comprovação desses atos.

§ 2º – A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

§ 3º – A prorrogação do prazo previsto no § 1º poderá sempre ser concedida pela administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho, devidamente justificado.

Artigo 42 – A empresa vencedora da licitação deverá, preferen-

cialmente, subcontratar serviços ou insumos de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Lei Complementar Municipal nº 72/09, Artigo 49).

§ 1º – A exigência de que trata o caput deste artigo deve estar prevista no instrumento convocatório, especificando-se o percentual mínimo do objeto a ser subcontratado, até o limite de 30% (trinta por cento) do total licitado.

§ 2º – É vedada à Administração Pública Municipal a exigência de subcontratação de itens determinados ou de empresas específicas.

Artigo 43 – Nas subcontratações de que trata o artigo 42, observar-se-á o seguinte (Lei Complementar Municipal nº 72/09, Artigo 50):

I – o edital de licitação estabelecerá que as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte a serem subcontratadas deverão estar indicadas e qualificadas nas propostas dos licitantes com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e respectivos produtos;

II – a empresa contratada compromete-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado, até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, desde que haja uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte passível de substituição no Município;

III – demonstrada a inviabilidade de nova subcontratação, a empresa contratada executará integralmente os serviços subcontratados, após prévia aprovação da Administração Pública Municipal.

§ 1º – A empresa contratada, na subcontratação, exigirá da subcontratada a documentação de que trata o artigo 49, da Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 2º – A empresa contratada deverá, quando do início da prestação dos serviços ou da execução da obra, apresentar à Administração Pública Municipal a documentação referida no parágrafo anterior.

Artigo 44 – Nas licitações públicas para a aquisição de bens e serviços de natureza divisível e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, nas hipóteses definidas em decreto, a Administração Pública Municipal poderá reservar cota de até 25% (vinte e cinco) por cento do objeto, para a contratação de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte (Lei Complementar Municipal nº 72/09, Artigo 51).

Parágrafo único - Não havendo vencedor para a cota reservada, esta deverá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante da recusa deste, aos licitantes remanescentes, em ordem de classificação, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

Artigo 45 – Nas licitações será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte (Lei Complementar Municipal nº 72/09, Artigo 52).

§ 1º – Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores àquelas apresentadas pelas demais empresas.

§ 2º – Na modalidade pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º será de 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Artigo 46 – Para efeito do disposto no artigo 45, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma (Lei Complementar Municipal nº 72/09, Artigo 53):

I – a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o contrato em seu favor;

II – na hipótese da não contratação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do inciso I, serão convocadas as remanescentes que, por ventura, se enquadrarem na hipótese dos parágrafos 1º e 2º, do artigo 45, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência de valores apresentados pelas Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos parágrafos 1º e 2º do artigo 45, o desempate será feito pelo maior número de empregados pelas empresas, segundo a RAIS.

§ 1º – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o contrato será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2º – O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

§ 3º – No caso de Pregão, a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, observado o disposto no inciso III do caput deste artigo.

Artigo 47 – A Administração Pública Municipal poderá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) ou outro valor que vier a ser definido a nível federal e de aplicação nacional (Lei Complementar Municipal nº 72/09, Artigo 54).

Artigo 48 – A Administração Pública Municipal dará prioridade ao pagamento às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte para os itens de pronta entrega (Lei Complementar Municipal nº 72/09, Artigo 55).

Artigo 49 – O disposto nesta seção não se aplica quando (Lei Complementar Municipal nº 72/09, Artigo 56):

I – os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte não forem expressamente previsto no instrumento convocatório;

II – não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte sediados no local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III – o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte não for vantajoso para a Administração Pública Municipal ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV – a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos artigos 24 e 25 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

Seção II
Do Estímulo ao Mercado Local

Artigo 50 – A Administração Municipal incentivará a realização de feiras envolvendo as Microempresas, as Empresas de Pequeno Porte, os Microempreendedores Individuais, produtores e artesãos, bem como apoiará a participação em missões comerciais, rodada de negócios, exposição e venda de produtos locais em outras localidades com potencial de consumo (Lei Complementar Municipal nº 72/09,

Continua na próxima página

§ 2º – Considera-se empresa egressa de incubadora de empresas aquelas que se transferirem das dependências da incubadora de empresas para área de seu domínio ou que vier a ser destinada pelo Poder Público Municipal à ocupação preferencial por empresas egressas de incubadoras do Município.

Artigo 77 – O Poder Público Municipal apoiará e coordenará iniciativas de criação e implementação de parques tecnológicos, inclusive mediante aquisição ou desapropriação de área de terreno do Município para essa finalidade (Lei Complementar Municipal nº 72/09, Artigo 84).

§ 1º – Para consecução dos objetivos de que trata o presente artigo, a Prefeitura Municipal celebrará os instrumentos jurídicos apropriados, inclusive convênios e outros instrumentos jurídicos específicos, com órgãos da administração direta ou indireta, federal ou estadual, bem como com organismos internacionais, instituições de pesquisa, universidades, agências de fomento, investimento ou financiamento, buscando promover a cooperação entre os agentes envolvidos e destes com empresas cujas atividades estejam baseadas em conhecimento e inovação tecnológica.

§ 2º – Para receber os benefícios referidos no *caput* deste artigo, o parque tecnológico deverá atender aos seguintes critérios, observada a legislação pertinente:

I – ter personalidade jurídica própria e objeto social específico compatível com as finalidades previstas no parágrafo 1º;

II – possuir modelo de gestão compatível com a realização de seus objetivos, o qual deverá prever órgão técnico que zele pelo cumprimento do objeto social do Parque Tecnológico;

III – apresentar projeto urbanístico-imobiliário para a instalação de empresas inovadoras ou intensivas em conhecimento, instituições de pesquisa e prestadoras de serviços ou de suporte à inovação tecnológica;

IV – apresentar projeto de planejamento que defina e avalie o perfil das atividades do Parque, de acordo com as competências científicas e tecnológicas das entidades locais e as vocações econômicas regionais;

V – demonstrar a viabilidade econômica e financeira do empreendimento, incluindo, se necessário, projetos associados, complementares em relação às atividades principais do Parque;

VI – demonstrar que dispõe, para desenvolver suas atividades, de recursos próprios ou oriundos de instituições de fomento, instituições financeiras ou de qualquer outra instituição de apoio à atividade empresarial.

§ 3º – O Poder Público Municipal indicará o órgão responsável a quem competirá:

I – zelar pela eficiência dos integrantes do Parque Tecnológico, mediante ações que facilitem sua ação conjunta e a avaliação de suas atividades e funcionamento;

II – fiscalizar o cumprimento de acordos que venham ser celebrados com o Poder Público.

Artigo 78 – Subsidiariamente ao presente regulamento aplicam-se, no que não for incompatível, as normas já vigentes referentes ao Programa de Incubadora de Empresas e ao Projeto para o Desenvolvimento Comercial e Industrial – PRODEIC ou seu sucessor (Lei Complementar Municipal nº 72/09, Artigo 85).

Capítulo X
Do acesso à justiça

Artigo 79 – O Município poderá realizar parcerias com a iniciativa privada, através de convênios com entidades de classe, instituições de ensino superior, ONGs, OAB – Ordem dos Advogados do Brasil e outras instituições semelhantes, a fim de orientar e facilitar às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte o acesso à justiça, priorizando a aplicação do disposto no artigo 74 da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 (Lei Complementar Municipal nº 72/09, Artigo 86).

Artigo 80 – Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar parcerias com entidades locais, inclusive com o Poder Judiciário, objetivando a estimulação e utilização dos institutos de conciliação prévia, mediação e arbitragem para solução de conflitos de interesse das Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte localizadas em seu território, através de entidades arbitrais integrantes de rede de repercussão nacional (Lei Complementar Municipal nº 72/09, Artigo 87).

§ 1º – Serão reconhecidos de pleno direito os acordos celebrados no âmbito das comissões de conciliação prévia.

§ 2º – O estímulo a que se refere o caput deste artigo compreenderá campanhas de divulgação, serviços de esclarecimento e tratamento diferenciado, simplificado e favorecido no tocante aos custos administrativos e honorários cobrados.

§ 3º – Os custos administrativos derivados dos procedimentos de conciliação, mediação e arbitragem realizadas por entidade especializada serão suportados pelo Erário Municipal, visando incentivar a realização desses procedimentos de forma gratuita.

Capítulo XI
Da educação empreendedora e do Acesso à Informação

Artigo 81 – Fica o Poder Público Municipal autorizado a promover parcerias com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de projetos de educação empreendedora, com objetivo de disseminar o conhecimento sobre gestão de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, associativismo, cooperativismo, empreendedorismo e assuntos afins (Lei Complementar Municipal nº 72/09, Artigo 90).

§ 1º – Estão compreendidos no âmbito do *caput* deste artigo ações de caráter curricular ou extracurricular, voltadas a alunos do ensino fundamental de escolas públicas e privadas, assim como a alunos de nível médio e superior de ensino.

§ 2º – Os projetos referidos neste artigo poderão assumir a forma de fornecimento de cursos de qualificação, concessão de bolsas de estudo, complementação de ensino básico público e particular, ações de capacitação de professores, integrar outros programas ou projetos de nível local ou regional ou outras ações que o Poder Público Municipal entender cabíveis para estimular a educação empreendedora.

§ 3º – Na escolha do objeto das parcerias referidas neste artigo terão prioridade projetos que:

I – sejam profissionalizantes;

II – beneficiem portadores de necessidades especiais, idosos ou jovens carentes;

III – estejam orientados para identificação e promoção de ações compatíveis com as necessidades, potencialidades e vocações do município.

Artigo 82 – Fica o Poder Público Municipal autorizado a promover parcerias com órgãos governamentais, centros de desenvolvimento tecnológico e instituições de ensino para o desenvolvimento de projetos de educação tecnológica, com os objetivos de transferência de conhecimento gerado nas instituições de pesquisa, qualificação

profissional e capacitação no emprego de técnicas de produção (Lei Complementar Municipal nº 72/09, Artigo 91).

Parágrafo único – Compreende-se no âmbito deste artigo a concessão de bolsas de iniciação científica, a oferta de cursos de qualificação profissional, a complementação de ensino básico público e particular e ações de capacitação de professores.

Artigo 83 – Com o objetivo de orientar os empreendedores, poderá a Administração Municipal, direta ou através de parceria, criar estrutura de apoio e informação, principalmente no que se refere (Lei Complementar Municipal nº 72/09, Artigo 92):

I – esclarecimentos sobre Código de Posturas do Município acerca de localização de empresas;

II – Inscrição Municipal;

III – Alvará de Funcionamento;

IV – orientação sobre procedimentos referentes regularização da situação fiscal e tributária;

V – informações sobre certidões de regularidade fiscal e tributária.

Artigo 84 – Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar parcerias visando dinamizar e potencializar a capacidade produtiva e incrementar as atividades desenvolvidas pelas Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e pelos Microempreendedores Individuais, particularmente nas áreas de gestão, vendas, qualificação, capacitação, pesquisa, inovação, produção, inclusão e mercado (Lei Complementar Municipal nº 72/09, Artigo 93).

Artigo 85 – As demais normas estabelecidas na Lei Complementar n. 123 de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, bem como nas resoluções do Conselho Gestor do Simples Nacional, relativas ao Microempreendedor Individual, serão observadas e aplicadas integralmente pelo município de Fernandópolis (Lei Complementar Municipal nº 72/09, Artigo 94).

Capítulo XII
Da Agropecuária e dos pequenos produtores rurais

Artigo 86 – O Poder Público Municipal poderá promover parcerias com órgãos governamentais, entidades de pesquisa rural e de assistência técnica a produtores rurais desde que seguidos os preceitos legais, que visem à melhoria da produtividade e da qualidade de produtos rurais mediante aplicação de conhecimento técnico na atividade de pequenos produtores rurais (Lei Complementar Municipal nº 72/09, Artigo 88).

§ 1º – Das parcerias referidas neste artigo poderão fazer parte sindicatos rurais, cooperativas e entidades da iniciativa privada que tenham condições de contribuir para a implementação de projetos mediante geração e disseminação de conhecimento, fornecimento de insumos a pequenos produtores rurais, contratação de serviços para a locação de máquinas, equipamentos e abastecimento e outras atividades rurais de interesse comum.

§ 2º – Somente poderão receber os benefícios das ações referidas no caput deste artigo pequenos produtores rurais que, em conjunto ou isoladamente, tiverem seus respectivos planos de melhoria aprovados por Comissão formada por três membros, representantes de segmentos da área rural, indicados pelo Poder Público Municipal, os quais não terão remuneração e cuja composição será rotativa.

§ 3º – Estão compreendidas no âmbito deste artigo atividades de conversão de sistema de produção convencional para sistema de produção orgânico, entendido como tal aquele no qual se adotam tecnologias que otimizem o uso de recursos naturais e socioeconômicos, com objetivo de promover a auto sustentação, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energias não renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais tóxicos, assim como de organismos geneticamente modificados ou de radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e de consumo.

§ 4º – Competirá ao órgão que for indicado pelo Poder Público Municipal disciplinar e coordenar as ações necessárias à consecução dos objetivos das parcerias referidas neste artigo, atendidos os dispositivos legais pertinentes.

Artigo 87 – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar termo de adesão ao banco da terra (ou seu sucedâneo), com a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, visando à instituição do Núcleo Municipal do Banco da Terra no Município, conforme definido por meio da Lei Complementar nº. 93, de 04 de fevereiro de 1996, e Decreto Federal nº. 3.475, de 19 de maio de 2000, para a criação do projeto BANCO DA TERRA, cujos recursos serão destinados à concessão de créditos a microempreendimentos do setor rural no âmbito de programas de reordenação fundiária (Lei Complementar Municipal nº 72/09, Artigo 89).

Artigo 88 – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal “Massanobu Rui Okuma”, 28 de novembro de 2014.

- ANAMARIA MATOSO BIM -
Prefeita Municipal de Fernandópolis

Registrado no livro próprio de decretos e publicado na Imprensa Oficial do Município, bem como por afixação nesta Prefeitura Municipal em lugar de costume e amplo acesso ao público. Data supra.

- VALDIR CUSTÓDIO MEDRADO -
Secretário Municipal de Gestão

Uma publicação: sábado, dia 29 de novembro de 2014.
O EXTRA.NET - Edição Nº 2.444.



Câmara Municipal de
INDIAPORÃ
Desde 01/01/1955
CNPJ 59.855.056/0001-70



AUTÓGRAFO DE APROVAÇÃO DE Nº 095/2014 AO PROJETO DE LEI Nº 090/2014 DO LEGISLATIVO APROVADO POR UNANIMIDADE EM SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2014.

CELSO RODRIGUES DE ALMEIDA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE INDIAPORÃ, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE INDIAPORÃ APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Autoriza a concessão aos servidores da Câmara Municipal de Indiaporã-SP de Plano de Assistência Médica e Hospitalar prevista na Lei Complementar Municipal n.º 06/2009 que estabelece o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, das Autarquias e Fundações Municipais e dá outras providências.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE INDIAPORÃ, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 11,

I do Regimento Interno da Câmara, faz saber que os Vereadores da Casa deliberam e aprovam e a Exa. Sra. Prefeita Municipal sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a Administração da Câmara Municipal de Indiaporã autorizada a conceder a todos os servidores públicos do quadro efetivo a Assistência Médica e Hospitalar prevista no artigo 144, inciso I da Lei Complementar Municipal n.º 006/2009, que estabelece o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Indiaporã-SP, das Autarquias e Fundações Municipais.

§ 1.º - O benefício será concedido por meio da contratação de Plano de Saúde junto às Administradoras existentes no mercado, sendo a adesão dos servidores facultativa.

§2.º - O objetivo precípuo da contratação do Plano é valorizar os Servidores da Câmara Municipal oferecendo-lhes melhores condições de acesso aos serviços médicos especializados, garantindo, dessa forma, plenas condições de vida e saúde para desempenhar, com a atenção e zelo necessários, suas funções públicas.

Art. 2.º - Nos termos do parágrafo único do artigo 144 da Lei Complementar Municipal n.º 006/2009 a Assistência à Saúde dos servidores do Legislativo será ofertada nas seguintes condições:

I- A contratação dos serviços técnicos profissionais de Plano de Saúde será formalizada por meio de processo regular de contratação com observância das disposições da Lei 8.666/93;

II- A Câmara custeará o percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor do Plano de Saúde contratado para cada servidor e este, ao aderir ao mesmo, arcará, mediante desconto direto na folha de pagamento, com os outros 50% (cinquenta por cento) de sua parcela contributiva;

III- O Plano de Saúde a ser parcialmente custeado pela Câmara será o Plano Básico universal, podendo ainda os servidores, individualmente, contratar benefícios adicionais ou Planos diferenciados, todavia nestes casos deverão arcar com as despesas adicionais;

IV- Os servidores ainda poderão contratar o Plano de Saúde voltado aos seus dependentes diretos e cônjuges, devendo nestes casos os valores serem totalmente custeados pelo respectivo servidor, mediante desconto direto na folha de pagamento;

V- O Plano de Saúde a ser contratado deverá compreender ações preventivas e curativas necessárias a proteção e manutenção da saúde dos servidores e deverão ser prestadas através de consultas médicas, atendimento emergencial, ambulatorial, cirúrgico, exames, internação, dentre outras coberturas ofertadas normalmente pelas Administradoras;

VI- Os servidores que aderirem ao Plano de Assistência Médica e Hospitalar ficarão também adstritos aos prazos e demais previsões contratuais constantes do instrumento de contrato a ser firmado com as possíveis Administradoras;

Art. 3.º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2015, de acordo com as previsões constantes da Lei Municipal n.º 606/2013 (Plano Plurianual – 2014/2017) e das Metas Fiscais do Poder Legislativo estabelecidas na Lei Municipal n.º 685/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015).


Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Plenário José Batista Maldonado, 27 de Novembro de 2014.


CELSO RODRIGUES DE ALMEIDA
PRESIDENTE

WILLIAN DE SOUZA BRITO ALAERTE FÉLIX DA SILVA
1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

Uma publicação: sábado, dia 29 de novembro de 2014.
O EXTRA.NET - Edição Nº 2.444.



Câmara Municipal de
INDIAPORÃ
Desde 01/01/1955
CNPJ 59.855.056/0001-70



AUTÓGRAFO DE APROVAÇÃO DE Nº 094/2014 AO PROJETO DE LEI Nº 089/2014 DO EXECUTIVO APROVADO POR UNANIMIDADE EM SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2014.

CELSO RODRIGUES DE ALMEIDA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE INDIAPORÃ, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE INDIAPORÃ APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional especial e dá outras providências.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder abertura de um crédito adicional especial na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) destinados a manutenção do ensino fundamental – ciclo I – 1ª a 4ª série, na seguinte classificação orçamentária:

02. PREFEITURA MUNICIPAL
02.10. Secretaria Municipal de Educação
12.361.0150.2040.0000 Manutenção do Ensino Fundamental – Ciclo I
3.3.90.30.00 Material de Consumo.....R\$ 20.000,00 (Fonte de Recurso: 05)
TOTAL GERAL.....R\$ 20.000,00

Parágrafo único. O valor do presente crédito correrá por conta da redução parcial da seguinte dotação orçamentária:

02. PREFEITURA MUNICIPAL
02.10. Secretaria Municipal de Educação
12.361.0150.2041.0000 Manutenção do Transporte Escolar
Ficha 258: 3.3.90.30.00 Material de Consumo.....R\$ 20.000,00 (Fonte de Recurso: 05)
TOTAL GERAL.....R\$ 20.000,00

Art. 2º Fica ajustado o programa 0150 (Ensino Regular de Sete a Quatorze Anos), Atividade 2040 (Manutenção do Ensino Fundamental – Ciclo I) e demais alterações necessárias nas Leis de nº 606/2013 (PPA 2014/2017) e nº 607/2013 (LDO/2014) com o valor do referido crédito adicional.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário José Batista Maldonado, 27 de Novembro de 2014.

CELSO RODRIGUES DE ALMEIDA
PRESIDENTE

WILLIAN DE SOUZA BRITO ALAERTE FÉLIX DA SILVA
1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

Uma publicação: sábado, dia 29 de novembro de 2014.
O EXTRA.NET - Edição Nº 2.444.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 624/2014.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis.
PROCESSO Nº. 163/2013.
Contratado: ADRIANA ROMANO TOQUETÃO ARAÇATUBA - ME.
VALOR: R\$ 9.750,00 ASSINATURA: 25/11/2014.
OBJETO: “AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA DO FINAL DO ANO LETIVO DE 2014 E INÍCIO DO ANO LETIVO DE 2015 DA FROTA ESCOLAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, COM ENTREGA EM ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2014”. ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 106/2013. Mod. Pregão Nº. 101/2013.
Fernandópolis-SP, 28 de novembro de 2014.
- JOÃO PAULO PUPIM -
Diretor de Suprimentos
Uma publicação: sábado, dia 29 de novembro de 2014.
O EXTRA.NET - Edição Nº 2.444.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 625/2014.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis.
PROCESSO Nº. 073/2014.
Contratado: HOME CARE ENFMEDIC FERNANDÓPOLIS LTDA.
VALOR: R\$ 32.808,00 ASSINATURA: 26/11/2014.
OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM PROCESSO JURÍDICO”. ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 028/2014. Mod. Pregão Nº. 038/2014.
Fernandópolis-SP, 28 de novembro de 2014.
- JOÃO PAULO PUPIM -
Diretor de Suprimentos
Uma publicação: sábado, dia 29 de novembro de 2014.
O EXTRA.NET - Edição Nº 2.444.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 626/2014.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis.
PROCESSO Nº. 073/2014.
Contratado: HOME CARE ENFERLIFE HOSPITALAR LTDA.
VALOR: R\$ 7.065,60 ASSINATURA: 26/11/2014.
OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM PROCESSO JURÍDICO”. ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 029/2014. Mod. Pregão Nº. 038/2014.
Fernandópolis-SP, 28 de novembro de 2014.
- JOÃO PAULO PUPIM -
Diretor de Suprimentos
Uma publicação: sábado, dia 29 de novembro de 2014.
O EXTRA.NET - Edição Nº 2.444.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com o artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, JUSTIFICAMOS as alterações na Ordem Cronológica de Pagamentos, a saber:

RUFINO & SANCHES LTDA ME	NF 7608	R\$ 5.200,00
ANA PAULA RIZZATTO-ME	NF 64	R\$ 132,21
UAP COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS LTDA ME	NF- 26054	R\$ 180,00
TR COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP	NF- 2230	R\$ 3.989,15
JB DE OLIVEIRA LIMPEZA ME	NF- 07	R\$ 6.200,00
SAME COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA ME	NF- 1539	R\$ 8.665,60
INFO & TRADE COMPUTADORES LTDA. ME	NF- 940	R\$ 2.010,00
JOSE LUIZ DELA ROVERE- AUTOPEÇAS EPP	NF- 851; 6400	R\$ 1.065,40

Justificativa: despesa a aquisição de envelopes saco que serão utilizados pela secretaria de finanças; aquisição de lanches para serem servidos na viagem à São José do Rio Preto/SP, por toda a equipe do Tiro de Guerra; aquisição de insuflme que será utilizado na porta do anexo ao paço Municipal da Rua Bahia; aquisição de materiais esportivos para serem utilizados no programa “Escola da Família”; aquisição de materiais esportivos para serem utilizados no programa “Bom de Escola, Bom de Esportes”; aquisição de dez fontes para computadores, que serão utilizados na secretaria municipal de educação e também nas unidades escolares municipais; Serviços de mão-de-obra e materiais para conserto do veículo nº 174; placa CPV-5587 . Tendo em vista a dificuldade encontrada no início desta gestão, como dívida alta de curto prazo, bem como a necessidade de manter os serviços essenciais a municipalidade, é que faz a presente alteração da ordem cronológica.
Fernandópolis, 28 de novembro de 2014.
MARIA REGINA MENIS
Secretaria Municipal da Fazenda
Uma publicação: sábado, dia 29 de novembro de 2014.
O EXTRA.NET - Edição Nº 2.444.

PRECISA-SE TÉCNICO EM ELETRÔNICA

LOJA Rio Preto Games, no Shopping Center Fernandópolis. Tratar pelo fone: (17) 3463-3666.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 345/2011

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis
CONTRATADA: FIORILLI SOCIEDADE CIVIL LTDA. - SOFTWARE.
ASSINATURA: 25/11/2014
OBJETO: Fica prorrogado o prazo do referido contrato por mais 12 (doze) meses, de 01 de dezembro de 2014 à 01 de dezembro de 2015. As demais cláusulas permanecem inalteradas. MODALIDADE: Pregão nº 066/2011.
Fernandópolis-SP, 28 de novembro de 2014.
- JOÃO PAULO PUPIM -
Diretor de Suprimentos
Uma publicação: sábado, dia 29 de novembro de 2014.
O EXTRA.NET - Edição Nº 2.444.

MUNICÍPIO DE MERIDIANO

Estado de São Paulo

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2014

O Sr. Aristeu Baldin, Prefeito Municipal de Meridiano, baseado no resultado apontado do julgamento do Pregão Presencial nº 035/2014, que trata da contratação de empresa especializada para prestação de serviços telecomunicações nas modalidades STFC (Serviço Telefônico Fixo Comutado) com ligações locais e interurbanas, constante nos autos do Processo nº 069/2014, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA a Licitação, realizada no dia 27 de novembro de 2014 às 14h15m, em favor da empresa: TELEFONICA BRASIL S/A, que apresentou o menor preço global no valor de R\$ 53.807,28 (cinquenta e três mil oitocentos e sete reais e vinte e oito centavos) determinando a sua convocação para assinatura do contrato.
Publique-se.
Meridiano/SP, 28 de novembro de 2014.
ARISTEU BALDIN
Prefeito Municipal
Uma publicação: sábado, dia 29 de novembro de 2014.
O EXTRA.NET - Edição Nº 2.444.

MUNICÍPIO DE MIRA ESTRELA

CNPJ: 45.116.290/0001-71
Praça Cândido Brasil Estrela, 559 - Fone/Fax: (17) 3846-1171 - 3846-1163 e 3846-1174 - CEP: 15.580-000 - Mira Estrela-SP
www.miraestrela.sp.gov.br e-mail: licitacao@miraestrela.sp.gov.br

MUNICÍPIO DE MIRA ESTRELA-SP. EXTRATO DE CONTRATO N.º 175/2014.

CONCORRÊNCIA PÚBLICA n.º 002/2014. (Processo n.º 102/2014). CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MIRA ESTRELA. Contratada: - CONSTRUTORA OLIVEIRA & ARAÚJO LTDA – EPP. OBJETO: Contratação de empresa do ramo de Engenharia/Construção para executar as Obras/ Serviços Construção Creche/Escola de acordo com Planilha Orçamentária, constantes em Anexo I, de acordo Termo de Convênio Secretaria de Estado da Educação/Gabinete do Governador – “Programa Ação Educacional Estado Município/Educação Infantil” – FDE. Valor Global: R\$-1.674.082,64 (um milhão e seiscentos e setenta e quatro mil e oitenta e dois reais e sessenta e quatro centavos). Vigência: Cf. Convênio Fundação para Desenvolvimento da Educação – FDE. Pagamento: Cf. Edital Execução: Cf. Convênio FDE. Data assinatura contrato: 19/11/2014. Mira Estrela, 24/11/2014. Município de Mira Estrela, Antonio Carlos Macarrão do Prado. Prefeito Municipal.
Uma publicação: sábado, dia 29 de novembro de 2014.
O EXTRA.NET - Edição Nº 2.444.

10º Leilão Direito de Viver

07 de Dezembro/2014 (Domingo)

Almoço das 11 horas às 13 horas

(Adquira seu ingresso)

Recinto de Festa de Peão “Kioskão”

Mira Estrela - SP

Informações / Coordenadores:
Macarrão / Zezé Magalhães
“Você é nosso convidado especial, venha e traga seus amigos para um ato de solidariedade em favor da vida”

APOIO: PREFEITURA, CÂMARA DO MUNICÍPIO E O POVO DE MIRA ESTRELA

construa sua VIDA salvando VIDAS

A primeira escola ninguém esquece...

EDUCAÇÃO INFANTIL

Av. Eurípedes José Ferreira, 779 **3442-2945/3442-5060**

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE OUROESTE E GUARANI D'OSTE/SP

Filiado à CUT/FETAM - Ministério do Trabalho – Registro Nº 46000.018312/99
FUNDADO EM 16/11/1999 CNPJ – Nº 04.324.254/0001-16
Rua Brás Cubas, qd33cs1 – Ouroeste/SP - CEP 15685-000 – Tele/Fax: (17)3843-1102

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE OUROESTE E GUARANI D'OESTE/SP, CONVOCA TODOS OS FUNCIONÁRIOS ASSOCIADOS E MEMBROS DA CHAPA Á PARTICIPAR DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2014 (QUARTA-FEIRA), ÀS 15h00min, NA SEDE DO SINDIORO, CITO A RUA BRÁS CUBAS, QUADRA 33, CASA 01. PAUTA:
FORMAÇÃO DA CHAPA (ELEIÇÃO SINDICAL)
A ELEIÇÃO SERÁ REALIZADA NO DIA 17 DE FEVEREIRO DE 2015;

Atenciosamente,
OSMAR JOSÉ DO NASCIMENTO
Presidente
Uma publicação: sábado, dia 29 de novembro de 2014.
O EXTRA.NET - Edição Nº 2.444.

VENDE-SE

PIZZARIA, no bairro Coester. Tratar nos telefones (17) 99714-9848 ou 99133-4934.

EMPRESA DA ÁREA DE SAÚDE CONTRATA

- ENFERMEIRO (A) PARA HOME CARE
- AUXILIAR ADMINISTRATIVO.
ENCAMINHA CV PARA: gpsaude10@gmail.com

VENDE-SE CASA

Rua Koey Arakaki, nº 692. Benfeitorias: garagem para 2 carros, 3 salas, 2 quartos e uma suíte, 2 banheiros, cozinha com armários, lavanderia, quiosque com churrasqueira e varanda com quarto para empregada. Área do terreno: 297m²; área construída: 192,87m². Contato fone: (11) 99489-0916.

VENDE-SE

CASA NOVA, com 2 quartos, banheiro, sala, cozinha, localizada no Parque Universitário, total de construção: 70m². Valor: 128.000,00 (aceita troca). Interessados entrar em contato pelo telefone (17) 98181-3455.

www.oextra.net